



**Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil –
Seccional Tocantins – Triênio 2016/2018**
(Sessão Ordinária)

Data: 24 de junho de 2016, 14h49min.
Local: Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
Quadra 201 Norte, Conjunto II, Lotes 1 e 2, Palmas – TO
CNPJ: 25.086.752/0001-48

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis (24/06/2016), na sede da
2 Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido
3 previamente convocados, reuniram-se os membros da OAB/TO eleitos para o exercício do triênio
4 2016/2018 (dois mil e dezesseis a dois mil e dezoito): **Diretoria: Presidente** - Walter Ohofugi
5 Junior, OAB/TO nº 392; Vice-Presidente – Lucélia Maria Sabino Rodrigues, OAB/TO nº 1.439;
6 Secretário – Geral e tesoureiro interino – Célio Henrique Magalhães Rocha, OAB/TO nº 3.115;
7 Secretária-Geral Adjunta – Graziela Tavares de Souza Reis, OAB/TO nº 1.801 **Conselheiros**
8 **Estaduais:** Edson Paulo Lins Junior, OAB/TO nº 2.901; Carlene Lopes Cirqueira Marinho,
9 OAB/TO nº 4.029; Fábio Wazilewski, OAB/TO nº 2.000; Flaviana Magna de Sousa Rocha ,
10 OAB/TO nº 2.268; Seilane Parente Nolasco, OAB/TO nº 1.364; Elaine Ayres Barros, OAB/TO nº
11 2.402; Hellen Cristina Peres da Silva, OAB/TO nº 2.510; Patrícia Pereira Barreto, OAB/TO nº
12 2.090; Antonio César Mello, OAB/TO nº 1.423; Francisco José Sousa Borges, OAB/TO nº 413;
13 Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas, OAB/TO nº 4.096; Luiz Renato de Campos Provenzano,
14 OAB/TO nº 4.876; Carlos Francisco Xavier, OAB/TO nº 1.622; Maria Edilene Monteiro Ramos,
15 OAB/TO nº 1.753; Aleksander Ogawa da Silva Ribeiro, OAB/TO nº 2.549; Meire Aparecida de
16 Castro Lopes, OAB/TO nº 3.716; Adriana Maia de Oliveira, OAB/TO nº 3.808; Priscila Costa
17 Martins, OAB/TO nº 4.413; Silvany Neves Avelino de Souza, OAB/TO nº 1.302; Elisangela
18 Mesquita Sousa, OAB/TO nº 2.250; **Ausências justificadas:** Eduardo Nelson Luis Chaves
19 Franco, OAB/TO nº 2.557; Willian de Borba, OAB/TO nº 2.604; Agripina Moreira, OAB/TO nº
20 4.112 Eunice Ferreira de Sousa Kuhn, OAB/TO nº 529 e Annete Diane Riveros Lima, OAB/O nº
21 3.066. Aberta a sessão pelo Presidente, homenageou os aniversariantes do mês de junho. Em
22 seguida, foi deliberada a aprovação das atas pretéritas, com pequenas correções pontuadas pelo
23 Conselheiro César Mello. Ato contínuo, o ouvidor, Dr Marcos Moreira, explicou sobre suas ações
24 como ouvidor e convidou a Dra. Nayara Fernandes, que se disponibilizou a ofertar as urnas da
25 ouvidoria, pela Fernandes Móveis, com o contato da ouvidoria, *email* e contato celular. Em
26 seguida, o presidente parabenizou o Ouvidor e a Dra. Nayara, agradecendo-a e ainda destacando
27 sua importante atuação na Comissão de Esportes. Em seguida, o Presidente esclareceu que o Dr.
28 Ildo Cótica não mais está como tesoureiro, pontuando que são razões pessoais e reiterando o valor
29 e importância do Dr. Ildo, companheiro com a mesma percepção de gestão que os membros desse
30 Conselho Estadual. Informou o presidente que esteve no Conselho Federal, apresentando ao
31 tesoureiro Dr. Oneildo os números da gestão OAB/TO, destacando que pagamos todas as contas



32 de restos a pagar e que temos dinheiro em caixa. Destacou a atuação muito proveitosa das
33 comissões, lembrando que deverão ser listadas as atividades realizadas e encaminhadas a mim,
34 secretária-adjunta, para fazermos a prestação de contas ao Conselho Federal de todas as nossas
35 ações e despesas. Em seguida, conferida a palavra ao Dr. Adilar, que pondera que uma diretoria
36 deve ter total sinergia para poder trabalhar com coesão, propondo que a diretoria apresentasse um
37 nome entre os conselheiros que poderá dar continuidade a esse trabalho. Pondera que ninguém
38 melhor do que os próprios conselheiros para indicarem quem seria essa pessoa, apresentando essa
39 proposta de encaminhamento. Em seguida, Dr. Albery manifestou-se afirmando que uma
40 administração de três anos passa muito rápido, e que acredita que o Dr. Adilar se manifestou pela
41 própria experiência que tiveram em Gurupi. Defende que o trabalho e a decisão de alguém tão
42 importante para lidar com as finanças deve ser um nome apresentado pela própria diretoria, para
43 que haja empatia, considerando que as finanças são muito importantes para se continuar a gestão.
44 O Presidente informa que pediu no CF uma auditoria que virá, justamente, para deixar a diretoria
45 e o próprio Dr. Ildo confortáveis sobre a realidade da gestão financeira nesses primeiros meses.
46 Afirmou que em agosto conseguiremos implementar o portal transparência, com acesso a todos os
47 gastos da entidade. Também afirma como avanço, a digitalização de todos os documentos da
48 OAB, mais um passo para a transparência. Em seguida, a conselheira Flaviana, ponderou a
49 surpresa com a renúncia, lembrando que desde a campanha o colega era centrado e organizado,
50 lamentando a sua saída. Pondera a situação atípica de Colinas, justamente por falta dessa
51 organização financeira, desejando uma boa gestão para quem vier, como assim fez o Dr Ildo até
52 então. Pontuou as severas críticas que o grupo protagonista recebeu por essa renúncia, mas,
53 entende que devemos avançar com esses comprometermos de transparência e organização. Em
54 seguida, o Dr. Célio se manifesta que não adianta voltarmos os olhos ao passado e buscar uma
55 justificativa, até porquê são razões do próprio Ildo. Perdemos uma pessoa de valor estimável, um
56 tesoureiro eficiente enquanto aqui permaneceu, contudo, como não está mais na diretoria,
57 devemos tentar restaurar a harmonia e enfrentar essa crise institucional. Ponderou que realmente
58 será um escudo para todos nós a realização da auditoria, e que a renúncia nos deixou vulneráveis,
59 sendo importante para todos nós, prudente e adequado, requerer ao CF uma nova auditoria, para
60 colocar as coisas bem às claras, para que no futuro isso não seja utilizado de forma vil por quem
61 tem interesses mais políticos do que institucionais. Ponderou que todos aqui estariam preparados
62 para o exercício do cargo, agregando o mesmo valor que o Ildo a nossa gestão, mas, que a
63 diretoria indica o nome do Conselheiro Luiz Renato, mas, advertindo que não evita que qualquer
64 outro ou outra conselheira manifeste o interesse de exercer o cargo. A conselheira Elisângela
65 afirma que a renúncia realmente nos pegou de surpresa, e que é uma decisão muito pessoal,
66 embora traga consequências na gestão. E que vê como aceitável o nome do Conselheiro Luiz
67 Renato. E fala sobre todos nós, que temos que ter maturidade, pelo assoberbamento de serviços
68 que se acumulam com as questões pessoais, ponderando que é importante que levemos até o final,
69 prezando por uma unicidade, indicando que essa gestão assumiu com toda a responsabilidade. O
70 Conselheiro Luiz Renato agradece as palavras do Dr. Célio e a indicação, aceitando-a, indicando
71 que fará com zelo, comprometimento e maturidade, juntamente com essa diretoria que vem sendo
72 elogiada nacionalmente. Por aclamação foi eleito o novo tesoureiro, o Dr. Luiz Renato
73 Provenzano. Ainda não esgotada a pauta, segue a sessão sobre os outros itens da convocação.
74 Contudo, considerando a urgência de se promover o registro público da presente ata de eleição do
75 tesoureiro, encerra-se nesse aqui, seguindo-se outra ata afeta aos demais pontos de ata, que será
76 aprovada pelos pares antes do seu encaminhamento à registro. Eu, Graziela Tavares de Souza



77 Reis, Secretária-Geral Adjunta da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil,
78 lavrei a presente ata de eleição do tesoureiro.

Dr. Walter Ohofugi Junior
Presidente

Dr. Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário-Geral

Dra. Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária-geral adjunta



Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis (24/06/2016), na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-se os membros da OAB/TO eleitos para o exercício do triênio 2016/2018 (dois mil e dezesseis a dois mil e dezoito): **Diretoria:** **Presidente** - Walter Ohofugi Junior, OAB/TO nº 392; Vice-Presidente – Lucélia Maria Sabino Rodrigues, OAB/TO nº 1.439; Secretário – Geral e tesoureiro interino – Célio Henrique Magalhães Rocha, OAB/TO nº 3.115; Secretária-Geral Adjunta – Graziela Tavares de Souza Reis, OAB/TO nº 1.801 **Conselheiros Estaduais:** Edson Paulo Lins Junior, OAB/TO nº 2.901; Carlene Lopes Cirqueira Marinho, OAB/TO nº 4.029; Fábio Wazilewski, OAB/TO nº 2.000; Flaviana Magna de Sousa Rocha , OAB/TO nº 2.268; Seilane Parente Nolasco, OAB/TO nº 1.364; Elaine Ayres Barros, OAB/TO nº 2.402; Hellen Cristina Peres da Silva, OAB/TO nº 2.510; Patrícia Pereira Barreto, OAB/TO nº 2.090; Antonio César Mello, OAB/TO nº 1.423; Francisco José Sousa Borges, OAB/TO nº 413; Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas, OAB/TO nº 4.096; Luiz Renato de Campos Provenzano, OAB/TO nº 4.876; Carlos Francisco Xavier, OAB/TO nº 1.622; Maria Edilene Monteiro Ramos, OAB/TO nº 1.753; Alexander Ogawa da Silva Ribeiro, OAB/TO nº 2.549; Meire Aparecida de Castro Lopes, OAB/TO nº 3.716; Adriana Maia de Oliveira, OAB/TO nº 3.808; Priscila Costa Martins, OAB/TO nº 4.413; Silvany Neves Avelino de Souza, OAB/TO nº 1.302; Elisangela Mesquita Sousa, OAB/TO nº 2.250; **Ausências justificadas:** Eduardo Nelson Luis Chaves Franco, OAB/TO nº 2.557; Willian de Borba, OAB/TO nº 2.604; Agripina Moreira, OAB/TO nº 4.112 Eunice Ferreira de Sousa Kuhn, OAB/TO nº 529 e Annete Diane Riveros Lima, OAB/O nº 3.066. **Continuando a sessão pelo Presidente, após a eleição do novo tesoureiro.** Em seguida, o ouvidor Marcos o parabenizou desejando que conduza bem os trabalhos da ordem. O Dr. Célio destaca que como tesoureiro interino conseguiu um scanner. O Presidente manifestou sobre as críticas à gestão e sobre a oposição, que é salutar e cria pautas positivas. Lembrou que a oposição provoca as ações também e que somos inexperientes sim sobre a gestão da OAB. Pondera que a crítica incomoda ainda, mas que temos que saber lidar com ela. Trata-se de questão política e o que se deseja é alternância de poder por outros grupos, sendo perfeitamente normal que venham as críticas. Lembra que quando desenvolvemos ações em prol da sociedade, nos chegam as críticas por falta de ações para a própria classe. Ou seja, temos que estar preparados para as críticas, mas seguir os propósitos da nossa gestão. Descreveu o projeto desenvolvido ontem na audiência pública em Araguaína, destacando que o secretário de segurança pública se deslocou para lá e entramos com o GATE no presídio, o que nunca aconteceu antes na gestão da OAB TO. Informou que talvez crie um canal de comunicação “whatsJapa”, uma vez que em sua *timeline* há muito dinamismo e por vezes perde mensagens o que redundava em descontentamento sobre a comissão. O Dr. Célio pondera que o servidor da tesouraria destacou que nunca a OAB havia trabalhado com dinheiro em caixa, mesmo tendo recebido o caixa sem qualquer recurso, no início da gestão. O Presidente ponderou ainda que a absorção de pessoas de outros grupos gerou insatisfação no próprio grupo originário, mas, que devemos lidar bem pensando na gestão da ordem. É natural que busquemos apoio nos outros colegas, e ainda, foi promessa de campanha, não criar grupos isolados (“panelas”) na gestão da OAB. Pede que todos façamos essa reflexão. Em seguida, a servidora Cássia traz um esclarecimento sobre as negociações dos débitos, que a partir de agora terão a incidência das comissões. Em seguida, esclareci alguns aspectos importantes sobre a proposta de regimento geral das comissões. Ponderei que foi prorrogado o prazo para 20.07.2016 para que as comissões encaminhem até dois artigos sobre suas missões e objetivos, para a composição do Regimento Geral das Comissões. O Conselheiro Edson Lins requer que os e-mails não sejam encaminhados aos Conselheiros como “cerimonial”. Esclarecido



que a minuta das comissões foi encaminhada em 25.05.2016 aos Conselheiros. E na ata de convocação, consta a aprovação do regimento geral das comissões. O Presidente afirmou que será criada uma comissão de infraestrutura para fazer o diagnóstico de todas as sessões, para reparos e eventuais edificações. O Dr Adilar pondera que a proposta de coordenações das comissões nas subcomissões estaria retirando atribuições das subseções, o que efetivamente, não seria adequado, ponderando sobre o Regimento Interno da OAB TO e sobre as atribuições das subseções. Pondera que as necessidades das subseções ainda reclamam muitas vezes comissões diferentes das que existem nas seccionais, e que seria um direito das subcomissões não trabalharem com as seccionais. O Conselheiro Edson Lins pondera que o Presidente das Subseções por vezes cria comissões com projetos e campanhas bem diferentes das ações das comissões das seccionais. Pondera que um direcionamento de cima para baixo seria prudente. O Conselheiro Albery pondera que o sistema da OAB é federativo. Se a seccional delibera que é bom para a advocacia tocantinense, deve cumprir em qualquer subseção. Pondera que sempre deve ter lhança, diálogo, lembrando que os espaços são da advocacia e não das subseções. A Conselheira Priscila pondera que a dificuldade é a de que todos os colegas efetivamente trabalhem nas comissões, sendo certo que a falta de comprometimento de colegas é muito grande. Então, se há colegas de subcomissões ainda tolhendo as ações das comissões, o trabalho se torna ainda mais árduo. Ponderou que o tempo passa rápido demais e que deve haver harmonia nos trabalhos das comissões. Em seguida, Dr Célio pondera que os encaminhamentos sejam feitos via *email*, considerando que prejudicada a aprovação do RI Geral, sob a espera de novas definições. Ato contínuo, Itens 08 a 23, aprovação de sociedades. O Dr Marcio, presente, está se desligando da sociedade da qual participava e constituindo a sociedade individual. Prejudicada a análise do item 24. Dos itens 25 a 30, um quarto processo que não está aqui. Itens, 29 a 30, não serão julgados porque o interessado, Dr. Hélio, não se pode fazer presente e pediu para se retirar de pauta. Há pedidos de sustentação oral para outros itens, com pedidos de recursos. Dra. Rosimar, primeiro processo, o Relator, Dr. Elfes, deferiu o pedido (Dra. Rosimar Borba de Miranda de Souza – pelo regimento há impedimento e não incompatibilidade). Outro processo apreciado, da Dra. Monica Pagliarini, também deferido. Mesma situação da anterior. O Dr. Edson Lins traz uma divergência, contudo, provido por maioria o recurso. O próximo processo, da Dra. Tatiana Raquel. Pede inscrição originária. Exerce gerência bancária. A interessada recorre. Foi com vistas para o Conselheiro Edson Lins. Esclarece que exerce o cargo de gerência, contudo, sem atos de gerência. O Conselheiro Elfes entendeu que com base nessa certidão, deve ser deferido o pedido. Entende que pode haver captação, mantendo o voto divergente, pelo indeferimento, indo contra o parecer do relator Dr. Elfes. Provido o recurso, com o voto divergente do Conselheiro Edson. Dr. Aldo, renunciando ao prazo de antecedência de 15 dias para constar em pauta, fará sustentação oral. Dr. Fábio, relator, faz a síntese do caso, com a palavra o Dr. Aldo. O Conselheiro Fábio leu seu voto, ponderando sobre as regras do edital sob o qual se submeteu por ocasião da inscrição no certame. Seu pleito é a expedição do certificado de aprovação. Voto divergente do Conselheiro Edson Lins. O Conselheiro César Mello pede a manifestação do Conselheiro Federal Pedro Biazotto, que informa que na primeira câmara na semana passada no CF, foi a mesma posição do conselheiro Edson Lins. Todavia, lá se decidiu pelo estrito cumprimento do provimento. Só quem estiver formado poderia realizar o exame, ou, no 8º ou 9º períodos, considerando a data de inscrição no concurso. Recomendou-se no CF para se colocar um alerta pelos TIs sobre essa cautela. Todavia, se pondera recomendar ao pleno a alteração do provimento nos CE. O Conselheiro César Melo pondera que estamos entre a cruz e a espada. Todavia, dentro de um critério positivista parece claro que não merece razão para o deferimento. Pondera que prefere se abster, além de refletir sobre aspectos outros, da formação



acadêmica e o problema criado na medida em que se autoriza que pessoas ainda não graduadas se submetam ao exame da ordem. O Tesoureiro Luiz Renato destaca que não cabe à OAB fazer o juízo de ponderação, que caberia ao judiciário. Considerando que hoje o CF não permite, todavia, a nós não cabe tratar como letra morta o provimento existente. Pedro Biazotto sugere que a comissão de exame de ordem leve uma consulta ao Conselho Federal. Representando a CAATO, Dr. André Zaratín manifesta-se que certamente no judiciário o pleito terá êxito. Entende que no CF está havendo um preciosismo desnecessário, até porquê, há outros pressupostos, como o certificado de conclusão do curso, por exemplo. Discorda do relator e não entende o porquê da cláusula de barreira. O Conselheiro Buenã, pondera que há o princípio de aproveitamento máximo dos atos do concurso. Não vê marco legal. E entende que não se pode interpretar a regra de forma absoluta. Pondera que ele quer apenas constatar o fato de que ele foi aprovado no exame de ordem, pelo princípio da boa fé objetiva (a OAB permitiu que ele fizesse o concurso e não há como não certificar o fato de que ele tenha sido aprovado). Acompanha o voto do Conselheiro Edson Lins. Biazotto pondera que não seria só certificar o fato, com natureza declaratória e constitutiva. Dr. Albery destaca o primado constitucional, não podendo nos firmar em uma ordem interna que não é lei. Menciona como o mais importante artigo do EOAB o Art. 44- I, que indica que temos que defender a lei e primar pela boa aplicação das leis. Pondera que a OAB deve rever conceitos e não ser positivista de uma norma interna imperfeita. A Conselheira Elaine avalia que há expectativa de fato, expectativa de direito e direito adquirido e pondera que a análise deve ser positivista, considerando ainda que o entendimento do CF é a nossa jurisprudência. Entende que deva ser provocado o CF para mudar o entendimento. O Secretário argumenta que deva haver regras e com base no art. 70 do EOAB a decisão seria nula. Não seria adequado a OAB contrariar regra da OAB. Em seguida, o Vice Presidente de Porto Nacional, Dr. Honorato, agradeceu ao Dr. Walter a deferência por compor a mesa, parabenizando o Conselho pela presença de tantas mulheres. Pondera que teve muitas dificuldades e que a OAB sempre o apoiou. Entende que deva ser votado aqui hoje em benefício do jovem e coloca seu escritório à disposição para receber o recorrente como estagiário. Dr. Adilar pondera que é a matrícula o ato formal para informar qual é o período em que se encontra o acadêmico. O edital era claro de quem poderia se inscrever. Se houve a violação da regra imposta, não se pode beneficiar quem a infringiu. A Conselheira Adriana pediu vistas do processo, ponderando que não seria adequado julgar somente com base nas normativas, entendendo que cada caso é um caso. O presidente pondera que esse encaminhamento de pedido de vista é adequado, retornando para a sessão de agosto. O julgamento da análise do outro caso similar, fica prejudicado. Dr. Edson Lins mantém o voto pela divergência. Os conselheiros Buenã, Elfas, Claudia e Xavier acompanham a divergência. O Conselheiro Jax entende que a discussão maior seria a de afastar ou não uma regra editalícia. Entendendo que o mais adequado seria mesmo discutir-se no CF. Votam com o relator, Dr. Fábio, os conselheiros Elaine, Seilane, Célio, Luiz Renato. Suspensa a sessão para lanche. Retomada a sessão, todos os registros de alteração estão aprovados. Os itens 5 e 6 dos balancetes da CAATO, já aprovados pela Comissão de Orçamentos. O Conselheiro Buenã pondera que não há ressalvas, pondera apenas por pequenas correções. O Conselheiro Fábio ponderou pelos gastos supérfluos da gestão anterior. Dr. Célio pondera que a condução dos orçamentos não era boa, não indicando no primeiro momento ilegalidades. Dr. Buenã pondera que apenas estão analisando balancetes de dezembro de 2015 e de janeiro de 2016 da CAATO. Dr. Célio pondera que o balanço do exercício de 2015. Dr. André explica sobre a realidade da CAATO, que tinha dívidas de combustível antigas, apensar de não ter carro. Má gestão ou má fé, o posto tinha que receber o pagamento, ponderando-se, portanto, pelo pagamento dessas dívidas da gestão anterior. Esclareceu sobre as



medidas tomadas de corte de servidores. Mencionou a discussão de fechamento do hotel, que atende apenas a 20 advogados e gastos de mais de R\$ 3000,00 ao mês. Dra. Ramilla pondera que estão procurando a se cingir a regra básica: renda e custos limitados por ela. Dr. Buenã informa que a partir de agosto farão análises das subseções também, pela comissão de custos. Dr. Edson Lins sugere auditoria nas contas pretéritas da CAATO. Dr. Walter manifesta-se afirmando interessante a proposta do Dr. Edson Lins e pondera que a auditoria realizada pode ser disponibilizada aos Conselheiros, uma vez que manifestam esse interesse. Dra. Ramilla pondera ainda que o serviço de hotel será prestado, talvez em parceria com outros hotéis, pois a ideia é apenas a de minimizar custos. Dr. Fábio pede vistas aos balancetes 2015 e balanço de 2015, considerando que falta a assinatura da tesoureira. Aprovados os balancetes de janeiro de 2016. Em seguida, votar-se-ia pela alteração do nome da comissão dos direitos da pessoa com deficiência, retirado à pedido. Em seguida, aprovada a junção da Comissão de seleção e inscrição com a Comissão de Estágio e Exame de Ordem. Em seguida, manifestou-se o Dr. Otávio Fraz da comissão dos jovens advogados sobre um desconto nos cursos da ESA, tendência da ENA, fixo de 15% a 30%. Pondera que quer trazer para a OAB o jovem advogado, qualificando-o e apresentando a OAB como a sua casa, o que seria mais um incentivo para o jovem advogado manter sua adimplência. Dr. Edson Lins sugere o desconto de 50%, o que colocaria mais colegas interessados a realizar os cursos propostos. Dr. Otávio ponderou que discutiu com a Dra. Gisela, diretora da ESA, avaliando o impacto do desconto. Dr. Célio ponderou que deve ser sopesado o estímulo e a viabilidade. Dr. Xavier sugere o desconto para 30%. O encaminhamento será o de se verificar a viabilidade e o impacto e apresentar para sessão de agosto. Dr. Otávio ainda se refere a proposta trazida por ele e Dra. Isabella para se promover um curso para ENA, envolvidos seis Estados. Conferida a palavra ao Sr. Adail, gerente financeiro, esclareceu sobre os balancetes, afirmando que em junho devem ser finalizados os restos a pagar e iniciar um programa de investimento de capital, com pedidos de reformas e melhorias nas subseccionais. Todos os balancetes disponíveis no site até maio de 2016. Se aprovados os balancetes de junho, serão de igual modo disponibilizados no site. Dra. Hellen pediu esclarecimento sobre os parcelamentos de INSS. Estuda-se o pagamento dos parcelamentos, sem os juros. Em 2015, foram pagos mais de R\$90.000 noventa mil reais em multas. Nessa ano, só se pagou multa por um vencimento nessa mudança de tesouraria, e por força dos bancos. Inclusive, foi baixada Resolução para a nomeação do tesoureiro ad referendum e só hoje pela manhã que o banco autorizou. Dra. Hellen questiona sobre o IBAMA, parcelamentos. Informou o aumento do vale alimentação dos servidores, que desde 2007 não havia um aumento dessa natureza. Dra. Elaine requer a publicação das ementas do TED no *site*. Dr Célio pede para que seja votado o balancete. Informa o Sr. Adail sobre as mudanças do *site* e pede envio de sugestões por *email*. Aprovado o balancete de maio de 2016.



Esgotada a pauta, eu Graziela Tavares de Souza Reis, Secretário-Geral Adjunta da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

Walter Ohofugi Junior
Presidente

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário-Geral

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária - adjunta